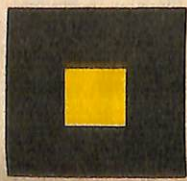


JORNAL DO PSICÓLOGO

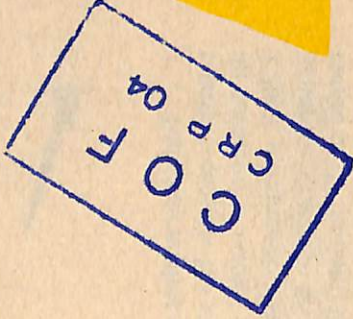
BELO HORIZONTE - ANO 9 - NÚMERO 30 - FEVEREIRO/MARÇO 90



CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
4ª REGIAO



6º PLENÁRIO
CRP-04



3º Encontro de Psicologia Educacional - pág.3

Três décadas da Psicologia em Minas - pág.4

NNNNNNNNNNNNNNNN

C E Y R
K H E
M L G T
E A M
S F
A



Alcanda



EDITORIAL

Por um momento parecia que o Plano Collor ia nos enterrar. A receita recebida sob a forma de anuidade dos psicólogos e que deveríamos gerir durante um ano, ficara retida. Foi um "Deus nos acuda" e uma certeza: deveríamos manter a entidade, apesar de tudo. No CTI, mas com vida.

A mobilização dos Conselhos Regionais e Federais de todo o país e as gestões junto ao Ministério da Economia resultaram na liberação do dinheiro, antes aplicado na ciranda financeira e que, agora, inviabilizada essa aplicação, permanecerá sem qualquer rentabilidade, até o fim do ano. Mas os complicadores antecedem às últimas medidas econômicas oficiais. O valor das anuidades é em MVR que, a exemplo da queda dos poderes aquisitivos dos salários, sofreu uma desvalorização de cerca de 70%, de 1988 para cá. A receita dos Conselhos, hoje, corresponde a 30% daquela que tinham em 1988.

Levamos uma ducha fria em nossos projetos, já que a receita não cobria a despesa prevista. Rediscutimos cada item programado, procedendo todos os cortes possíveis e antes inimagináveis. Do setor administrativo à ação política do CRP-04, tudo foi redimensionado para que pudéssemos gerenciar a crise. Foram extintos os contratos com firmas de prestação de serviços, como xerox e computador, e reduzido em 15% o quadro de empregados - significando muito mais trabalho para quem permaneceu. Diminuímos o tamanho do JP, que vai circular com menos páginas e de três em três meses. Fomos obrigados e restringir ou eliminar a colaboração na realização de congressos, movimentos, eventos, etc. Também alguns escritórios setoriais serão fechados, só permanecendo aqueles que já estiverem desenvolvendo trabalho efetivo, mesmo que a descentralização, enquanto conduta, continue sendo prioridade política do 6º Plenário e não se descarte, inclusive, a abertura de novos escritórios onde as demandas se concretizem em trabalho, de fato.

Tudo isso implica em mais trabalho, mas, principalmente, recoloca de forma crucial a questão: Em que lugar os psicólogos nos demandam? Durante os meses de fevereiro e março, de um total de 1367 atendimentos, quase a totalidade, 1.3000, referiram-se a inscrições, emissão de carteiras, alterações de endereço, solicitações ao serviço de orientação e fiscalização. Apenas 67 atendimentos referiram-se ao 3º Encontro Regional de Psicologia. O levantamento das demandas indica que este lugar é aquele da lei, da criação dos Conselhos Profissionais. Temos que atender bem nesse lugar, e nos desdobramos para isso. Mas é só?

A economista Maria da Conceição Tavares comentou sobre o Plano Brasil Novo, do Governo Collor: "Temos que impedir que o Brasil Novo se torne o Estado Novo". A nossa indagação vai por aí. Se a lei nos coloca na posição de fiscalizar e examinar denúncias éticas, temos que fazê-lo e estamos fazendo. Isso não nos impede de perguntar: Qual é a ética? e criar grupos ampliados de discussão sobre o tema para, a partir daí, redefinir caminhos. Se a lei nos obriga a cobrar débitos atrasados, também vamos cobrar, mesmo porque sem as anuidades não funcionamos. Mas perguntamos: por que 9,5% da categoria não pagam? O que expressam dessa forma?

O JP circula com novo rosto e cheio de perguntas. Respostas e soluções são conquistas. Queremos, o CRP, ocupar outro lugar, que transcenda a lei, e até a modifique, na vontade manifesta e assumida da categoria. A citação da frase de Maria da Conceição Tavares foi feita nesse sentido. Queremos uma entidade nova, sem paternalismos, sem decisões de cima para baixo, sem delegação de responsabilidades. Entidades, como a cidadania, são construídas e não doadas. Nos dispomos a perguntar, publicamente, as mesmas questões que temos internamente, junto e com quem quiser assumir o risco. O que é novo não se recebe pronto, se faz e se conquista.

COLUNA DO LEITOR



IRREGULARIDADES NO CRP

"Acabo de receber o Jornal do Psicólogo, nº 29, nov/dez/1989. Fiquei perplexo com a matéria da página 3 "Irregularidades no CRP" onde o tesoureiro José Luiz da Silva Espíndola abusou da confiança da antiga diretoria para fazer suas falcatruas.

Só espero que a atual diretoria investigue o caso até o fim, entregue

o corrupto à justiça para que, devidamente comprovadas as irregularidades, seja punido exemplarmente e este fato seja veiculado pelo mesmo jornal. Após denúncia tão grave, é o mínimo que esperamos (creio estar falando em nome de outros colegas) de vocês, se desejam ter a credibilidade e confiança da categoria."

Psic. José Roberto Sales - Varginha/MG.

O ex-tesoureiro José Luiz da Silva Espíndola devolveu o débito de NCz/ 37 mil, apurado em 28/09/89, corrigido monetariamente por auditores independentes, contratados pelo CRP/04 6º Plenário. O débito foi liqui-

dado em duas etapas: NCz\$ 78 mil em 21/11/89 e NCz\$ 96,988 mil, em 21/12/89. (Veja a seção "Na ponta do lápis").

O pagamento não invalidou o inquérito junto à polícia federal, nº 240/89 - SR/MG, no qual foi indiciado. Segundo informações de "Lima Vieira e Goyatá - advogados associados", contratados especialmente para o caso, "o inquérito já se encontra na 4ª Vara da Justiça Federal, onde adotou o nº 3465/IX/90, estando atualmente com o representante do Ministério público, a fim de que o mesmo ofereça denúncia formal contra o indiciado".

Órgão Oficial do Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região (MG/ES) - Rua Sergipe, 1087/6º andar - Funcionários - Belo Horizonte/MG - 30140.

Diretoria - Marília Pires Fernandes, presidente; Gisele Onete Marani Bahia, vice-presidente; Alvaro Emílio Guimarães, tesoureiro; Lúcia Helena Macedo, Secretária.

COMISSÕES:

Comissão de Orientação e Fiscalização, Comissão de Ética, Comissão de Divulgação e Publicações, Comissão de Psicologia Educacional, Comissão de Psicólogos da Saúde, Comissão de Formação Profissional, Comissão de Interiorização.

6º PLENÁRIO - CONSELHEIROS

Alvaro Emílio Guimarães, Bianca Guimarães Veloso Carneiro, Francisco José Ribeiro Alves, Gisele Onete Marani Bahia, Jacques Akermam, Kátia França Ribeiro de Almeida, Lúcia Helena Macedo, Maria de Fátima Pio Cassemiro, Marília Pires Fernandes, Rita de Cássia Siqueira Dias, Rosana Simone Bottaro, Rosângela Montandon S. de Oliveira, Vânia Carneiro Franco, Vera Lúcia Dias, Luiz Cláudio F. Alves, Marta Elizabeth de Souza, Juraci Costa Amaral, Wellington Antônio D. Tibúrcio.

ESCRITÓRIOS SETORIAIS

Escritório Setorial do Espírito Santo - Rua Alberto de Oliveira Santos, 42/1511 - 29010 - Vitória - Espírito Santo. Escritório Setorial da Zona da Mata - Rua Silva Jardim, 370 - 36015 - Juiz de Fora, MG. Escritório Setorial da Zona das Vertentes - Rua Dr. Jósimo Andrade Reis, 254 - 36300 - São João Del Rei, MG. Escritório Setorial do Triângulo Mineiro - Rua Centenário, 382 - Santa Marta - 38060 - Uberaba, MG. Escritório Setorial do Sul de Minas - Rua Juscelino Barbosa, 1115 - 37130 - Alfenas - MG.

Editado pela Assessoria de Comunicação Social do CRP/04. Editor/Jornalista Responsável - Circe Avany Canedo - MTB/MG - 2.295. Colaboradora - Márcia Machado - Programação Visual - Marcelo Xavier - Ilustrações: Alexandre Coelho - Diagramação e Arte Final - Arte em Positivo Ltda (031) 464-6997. Composição: RAC Produções Gráficas, Rua Goitacases, 2012 - (031) 295-1771. Impressão - Hoje em Dia. Tiragem: 8.500 Exemplares. As matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores.



3º Encontro de Psicologia Educacional

O CRP-04/6º Plenário, através da Comissão de Psicologia Educacional – CPE, e o Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais, com apoio do Centro Cultural Livraria do Psicólogo e da Associação de Amigos do Autista de Minas Gerais, realizaram, nos dias 30, 31 de março e 1º de abril, em Belo Horizonte, o 3º Encontro de Psicologia Educacional.

Durante três dias, cerca de 100 estudantes, psicólogos, pedagogos e até professores de educação artística e natação debateram, a partir das conferências proferidas por um elenco multiprofissional de alto nível, temas como “A Educação Popular e a Psicologia” – Felipe Soares Aranha (educador/MG), Paulo Speller (psic./MT), William Castilho (pisc./MG); “A integração do autista” – Ajax G. Ribeiro (T. O./MG), Débora Rico (pedagoga/BA), profissionais da Comunidade Escolar Comum Viver e Andarim – Espaço da Reeducação Móvel/MG; “Como viabilizar com o professorado uma proposta de Educação Psicomotora na Escola” – Suzana V. Cabral, Helena M. M. Loureiro, Maria Célia S. Moura, Maria Helena C. Moreira, Vera M. Calixto (psicólogas/MG); “Perfil do psicólogo escolar” – CPE/CRP - 04. O tema pesquisa e extensão universitária esteve presente, não só na explanação sobre o curso de extensão em Psicologia Educacional da PUC/MG, mas como pano de fundo de muitas discussões.

EDUCAÇÃO POPULAR

Enriqueceram essas discussões as experiências de William Castilho (veja seção “Referências”, neste JP) e de Paulo Speller que, em 1981, participou de um trabalho da UFMT, junto com uma comunidade da periferia de Cuiabá, sob o patrocínio do MEC, com positivas desdobramentos sociais e na realidade universitária. Junto com um movimento comunitário, estudantes e professores, dos cursos de medicina, enfermagem, engenharia sanitária e civil, serviço social, nutrição, etc., desenvolveram um trabalho que resultou na resolução de muitos problemas daquela comunidade, que passou a usufruir de serviços essenciais como transporte, saúde, escola, iluminação, esgoto, lazer, a partir de suas próprias formulações e reivindicações. Ao mesmo tempo, a universidade ganhou um verdadeiro campo de estágio profissional e a possibilidade de aprender a produzir conhecimentos interdisciplinarmente e contextualizados na realidade.

INTERDISCIPLINARIDADE DA CIÊNCIA

Esta relação dinâmica, interdisciplinar e multiprofissional da todos os agentes envolvidos em determinados momentos a realidade foi ressaltada em todas as conferências do Encontro. Na conferência sobre o autista Ajax Ribeiro destacou a necessidade do atendimento multiprofissional tanto para o diagnóstico precoce e melhores resultados no tratamento, como para a pesquisa e conquista de avanços no conhecimento do problema. Débora Rico, enfatizou que se não se te-

ma a criança autista como um todo de que faz parte a família contextualizada econômica e socialmente, corre-se o risco de “tentar ensinar vários idiomas e uma criança que já tem dificuldades de falar o idioma que todos falam” – como tentar ensiná-la a usar o sanitário, quando ela não o tem em casa, ou criar com essa criança códigos de comunicação não assimilados pela família.

No relato sobre o Projeto Movimento, da Secretaria de Estado da Educação de Minas, Suzana Cabral falou da elevação de 30% para 50% do índice de alfabetização e reintegração às classes normais da rede pública, de crianças e jovens de 8 a 16 anos, a partir do trabalho conjunto de psicólogos e professores nas classes especiais da periferia, no estabelecimento de uma nova relação pedagógica, em que a psicomotricidade é utilizada para “falar com o mundo interno da fantasias, que precisa da relação com o outro para se expressar”.

OS ANAIS DO 3º ENCONTRO

O CRP-04/6º Plenário vai publicar os anais do 3º Encontro a partir de textos de todos os conferencistas, assim que obtivermos patrocínio e/ou recursos financeiros para isso. O Plano Collor agravou as dificuldades financeiras do CRP e prejudicou as divulgações anterior e posterior do 3º Encontro (O JP, por exemplo, circula com atraso e com seu número de páginas reduzidos). Também, na avaliação da CPE, reduziu em pelo menos 50% a participação de profissionais do interior do Estado do 3º Encontro.

Mesmo assim o saldo é positivo. A qualidade dos debates que se seguiram às conferências demonstrou que a interdisciplinaridade, como tônica do trabalho educacional, e a dinâmica relação com a realidade social, longe de serem temas de reflexão apenas de especialistas, já começam a fazer parte do senso comum dos profissionais e futuros profissionais da área educacional.

Qual é a Ética?

“Orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício de profissão de psicólogo e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe são atribuições dos Conselhos Regionais de Psicologia, conforme a lei 5766, de 20 de dezembro de 1971.

Hoje, num período dito de “transição”, os CRPs têm sua legitimidade questionada por vários psicólogos que, se ainda não são a maioria, pelo menos têm feito, com competência, suas críticas chegar ao endereço correto. A Comissão de Ética do CRP/04 não poderia ficar alheia a este fato.

Entendemos que neste momento em que a instituição se vê questionada em seu estatuto, atribuições e funções a Comissão de Ética, como o centro da concepção fiscalizadora em que se apoia o CRP, encontra-se interpelada de forma contundente.

Ao assumimos a Comissão de Ética procuramos fazer um estudo de alguns processos éticos que haviam tramitado no CRP, bem como, das denúncias que aguardavam parecer desta Comissão. Para isto constituímos três grupos que estão encar-

regados de produzir um trabalho sobre a forma em que encontra-se colocada a questão da Ética, dentro do CRP/04. Esperamos que essa iniciativa possa descolocar o sentido da produção vigente na Comissão de Ética.

Dois pontos têm chamado a atenção das comissões:

– As denúncias apresentadas ao CRP/04, em sua maioria, estão muito longe dos elevados princípios que norteiam o Código de Ética. As denúncias demandam a intervenção do CRP/04 em pequenos atropelos do dia-a-dia das famílias e das instituições em geral. Se o CRP/04 é chamado a intervir desde este lugar isto merece uma reflexão ética.

– O CRP é uma entidade criada no seio de um estado autoritário e marcado pelos descaminhos próprios de organização dos trabalhadores brasileiros. Contudo, os CRPs eram uma demanda dos psicólogos, constituindo-se em um “ganho” para a profissão. Uma vez que a “observância dos princípios de ética” está no 1º artigo da lei 5766, fica a pergunta: qual é a ética? (COMISSÃO DE ÉTICA)



Psicomotricidade para falar ao mundo de fantasias

Três décadas da Psicologia em Minas

“...durante o período autoritário, houve uma política não formalizada em documentos e sim em ordens e proibições verbais, no sentido de impedir que a Psicologia se desenvolvesse como crítica do Governo... Alguém ligado à revolução, falou que a palavra mais indescendente que corria, na época, no Brasil, era “conscientização”. A idéia que existia na cúpula era a de que o indivíduo não deveria tomar consciência. Quando viram que o psicólogo queria isso, decidiram: “vamos cortar as asas desse pessoal”.

Este comentário do Professor Pedro Parafita de Bessa marcou a tônica do debate promovido pelo CRP-04/6º Plenário, em março, a propósito da comemoração pela PUC/MG das três décadas (ou 32 anos) da Psicologia em Minas. Participaram as chefes dos departamentos de Psicologia da PUC, Ana Maria Sarmiento e da UFMG, Isa Silva Monteiro de Castro, o Professor Pedro Bessa, que integrou as equipes que elaboraram e fundaram os dois cursos, o Professor Halley Bessa, a Presidente do Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais, Raquel Correa Ferreira, a Presidente do CRP-04, Marília Pires Fernandes e o Conselheiro Jacques Akerman.

A grande questão lançada aos convidados pelo CRP foi: “Em que medida a história da Psicologia em Minas, que praticamente coincide com a história do regime militar, sofreu a influência e interferências deste regime, tanto na formação e desenvolvimento dos cursos, como nas expectativas e comportamento dos estudantes que acorriam ao curso de Psicologia e na qualidade e perfil dos profissionais formados.

A partir da observação de Marília Fernandes de que 60% dos psicólogos exercem a clínica em consultórios, outros 37% atuam nas áreas escolar, organizacional, docência e apenas 3% se dedicam a outras áreas, muitas outras indagações complementares foram formuladas: Porque essa preferência, diante da vastidão de opções que a Psicologia oferece? Por que essa opção num país como o Brasil, onde é enorme a carência social e em que, por exemplo, os problemas de trânsito e violência são crescentes? Por que tão baixos salários? Por que a categoria é tão atomizada e tão pouco organizada politicamente, no Brasil de hoje? Por que o desprestígio e a acomodação do profissional dentro do sistema? Qual a estratégia de atuação

das entidades, neste contexto?

A nenhuma destas perguntas há respostas únicas ou unidirecionais. Todas as considerações dos debatedores são como que complementares e, mesmo na discussão das estratégias das entidades, as divergências de posicionamentos não impediram a conclusão consensual de que o debate deveria ser ampliado e divulgado, não só para a categoria, mas para a sociedade em geral e, sobretudo, para todos os profissionais de outras áreas da ciência que atuem em equipes multiprofissionais com os psicólogos, como aqueles das áreas de saúde, educação, etc.

CADERNOS DO CRP

A riqueza de posicionamentos e os indicativos de ampliação da discussão levaram o CRP-04 a concluir pela publicação do debate na íntegra, nos “Cadernos do CRP”, que seriam editados semestralmente, aprofundando temas de relevância científica e/ou política para a categoria dos psicólogos e para a sociedade em geral, num espaço de reflexão da teoria e do “fazer psicológico”. Os “cadernos do CRP” substituiriam o Suplemento

“Escuta” do Jornal do Psicólogo, que passaria a circular com 12 páginas. Nem uma coisa nem outra. A situação financeira de CRP obriga à redução do JP às 8 páginas, com que circula nesta edição, e os “Cadernos do CRP” têm que aguardar patrocínios externos ao míngua orçamento do CRP-04.

O texto, a seguir, busca recuperar, apenas em parte, momentos importantes do debate, apresentados sem suas riquezas múltiplas mas que, por isso mesmo, não poderiam ficar guardados na gaveta, esperando dias melhores...

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

De tudo o que ficou dito no debate, algumas observações formam como que um escopo de toda a discussão: Para Raquel Ferreira, “foi uma formação (a dos psicólogos, neste período) de não se ventilar como o político está inserido o tempo todo dentro da teoria e da técnica”. Jacques Akerman acrescenta que “fazer política, enquanto cidadão, tudo bem! Agora, enquanto psicólogo, o registro é outro: o registro da ciência, da cientificidade, da legitimidade teórica que contorna o registro político. A idéia da neutralidade é uma questão antiga que incomoda a Psicologia, desde o seu início... Muitas teorias tratam a realidade como imaginária, a verdade como inexistente”.

Tudo isto num contexto de baixos salários, de submissão a subempregos, do exercício profissional como sub-ocupação, insuficiente para a sobrevivência. Ana Maria Sarmiento observa que “A formação Universitária está muito incompleta, tão incompleta que ele (o profissional) não tem condições de pensar no seu papel político. Está pensando na sobrevivência, na aquisição de alguns domínios que ele tem mal adquiridos na Universidade”. A par de concordar em que a formação teria que ser revista em muitos aspectos, Isa de Castro assinala que muitos profissionais saem da escola mal formados, submetendo-se a baixos salários e fazendo cursos particulares caríssimos para complementar uma formação disponível na Universidade e não cursada antes por preconceito, por desinformação, “porque



Da esquerda para a direita: Raquel, Marília, Ana Maria e Jacques

ele próprio não foi capaz de ter uma visão geral de sua formação e do papel de psicólogo”.

CORPORATIVISMO

X

PERSPECTIVA MULTIPROFISSIONAL

Raquel Ferreira acredita que a abordagem do assunto tem que passar pela discussão do corporativismo. Não se trata de defender o psicólogo ou que a Universidade forme bem, para que o profissional ganhe bem. Trata-se, isto sim, de que a Universidade forme bem para que o profissional sirva bem, seja ele psicólogo, pedagogo,



Pedro Bessa: “no autoritarismo, a palavra mais indecente era conscientização”.

médico, ou engenheiro. Do contrário, estará se defendendo cada categoria, como corporação, ao invés de se defender uma sociedade melhor.

Neste sentido, evidencia-se o caráter interdisciplinar da ciência e o imperativo de que as reivindicações sociais e profissionais das diversas categorias passe pelo aspecto multiprofissional. Trabalhadores reunindo-se de atividade, como saúde e educação, por exemplo. Nessas áreas, os profissionais das diversas categorias sofrem os mesmos tipos de problema como baixos salários e condições de trabalho, num reflexo do caráter e da qualidade destes serviços prestados à população.

A contraposição das perspectivas sociais e multiprofissionais a uma concepção meramente corporativista dos problemas obteve o consenso dos debatedores. Mas Jacques Akerman observa que a categoria dos psicólogos é fragmentada e que, talvez, seja precoce enfatizar o questinamento do corporativismo, como estratégia das entidades, diante de uma categoria que não se reconhece como tal, cujos profissionais restringem a atuação a determinadas áreas e sequer se reco-

nhecem como pares. Pedro Bessa lembra que “o clínico não se reconhece como colega do especialista em trânsito. Ele acha que é uma outra profissão, que não tem nada a ver com aquela”.

A RELAÇÃO COM A REALIDADE

Se a realidade, e as demandas concretas da sociedade estão ausentes e/ou são rejeitadas no “fazer psicológico” da maioria dos psicólogos, nitidamente, interferem na formação e na atuação desses profissionais. Pedro Bessa, que, durante o debate, recuperou quase que par e passo a história da psicologia no Brasil, adverte que as tentativas iniciais de se produzir uma “psicologia nacional”, voltada para os problemas brasileiros e regionais foram perseguidas e ceifadas pelos desdobramentos do Golpe de 64 e pela determinação de alguns intelectuais, como Delfim Neto e Roberto Campos, em defenderem a importação de ciência e tecnologia para o Brasil, como “mais baratas” que a produção autóctone.

Ainda sobre a alienação da imensa maioria dos psicólogos quanto à realidade nacional, Halley Bessa vai mais longe e diz que “um dos fatores” – a gente nunca esgota a realidade – é uma tendência individualista muito grande em nossa sociedade de hoje. A sociedade capitalista é uma sociedade em que predomina o individual. Daí, a preferência pela clínica, pela psicanálise, tudo a partir do “eu”, do ego de cada um. Essa coisa de ficar em torno do próprio umbigo...”

Um relato de Ana Maria Sarmiento sobre a experiência da PUC/MG no Campus Avançado de Araçuaí – Vale do Jequitinhonha, nos anos, 70, evidencia a pertinência de todas essas questões, até para a conquista do mercado de trabalho, para mudanças das relações nesse mercado de trabalho e, sobretudo, para mudanças nas relações sociais. Ana Maria descreve que, apesar da repressão às Universidades e de todas as distorções daí decorrentes, o impacto da realidade, naquele momento, foi mais forte. Na experiência de estágio naquele Campus, dos estudantes de psicologia

ou serviço social, aos de engenharia ou veterinária, era evidente que a Universidade não preparava para o atendimento às demandas daquela região. Não se podia ensinar inseminação artificial a uma população que desconhecia o uso do arado, e assim por diante. As demandas trazidas pelos estudantes, de volta à escola, obrigaram a uma revisão e reorientação dos cursos de Psicologia e outros. Hoje, essas reorientações significam a concretização de alguns projetos, como o CISC (leia a seção “Referências”, neste JP), ou a Clínica da PUC para atendimento à população circunvizinha.

Significam mais. A recusa, muito comum, em atentar para o debate que está colocado só pode servir ao atraso e à estagnação. No Vale do Jequitinhonha, a realidade atropelou a repressão. Em qualquer parte, a realidade vai acabar por atropelar discursos prontos e vazios. Resta optar por intervir conscientemente nessa realidade. Ou ser atropelado por ela.



VITÓRIA - E.S.

Entidades representativas dos psicólogos se mobilizam e conseguem avanços na área de saúde, no Estado do Espírito Santo.

A primeira vez que o Instituto Estadual de Saúde Pública do Estado do Espírito Santo – IESP – ES – promoveu um concurso para psicólogos foi em 1987, para preenchimento de duas vagas em dois hospitais, em São Mateus.

Em janeiro de 1988, quando o resultado foi homologado, apenas o primeiro colocado, de um total de 60 aprovados, foi convocado. É sabido também que, em junho deste mesmo ano, três psicólogos foram contratados em regime de prestação de serviços, sem serem submetidos a concurso. Nesta época, o secretário da saúde era o médico Gilson Carone.

Além das denúncias veiculadas nos jornais da cidade, houve uma mobilização de um grupo de psicólogos concursados juntamente com o Escritório Setorial do CRP e com a Associação Profissional para intervir nessa situação de irregularidade. Nesta época, o secretário da saúde, o Dr. Nilton Gomes de Oliveira, se reuniu com a

categoria mas não assumiu nenhuma medida, nem responsabilidade com relação à contratação de psicólogos durante sua gestão.

Um dos concursados impetrou um mandado de segurança, mas o juiz deu uma liminar considerando-o improcedente.

Em dezembro de 1989, com um sindicato formado, uma nova administração do Escritório Setorial e um novo secretário da saúde (o Dr. Jarbas Ribeiro de Assis Junior), houve a retomada da mobilização da categoria. Em uma reunião com o secretário, as entidades representativas não só colocaram a justificativa da atuação profissional na área de saúde como foram convidadas a participar dos planos. Também foi cobrado das entidades que as reivindicações profissionais não se restringissem às questões salariais e que fosse redefinido o compromisso e a responsabilidade do profissional com saúde pública.

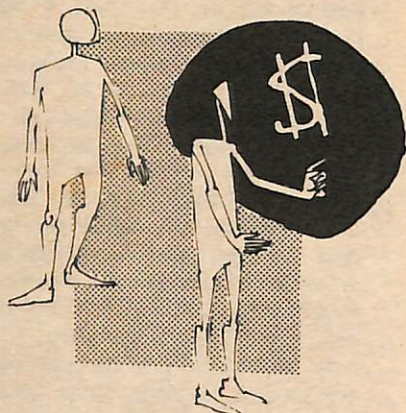
As conquistas alcançadas pelas entidades representativas da categoria não se limitaram àquelas questões. Em janeiro de 1990 foram contratados 19 psicólogos para vagas localizadas na Grande Vitória.



NA PONTA DO LÁPIS

Pagar ou não pagar...

Será esta a questão?



Oitocentos e trinta e três psicólogos, 9,5% da categoria, estão devendo ao CRP-04 a anuidade obrigatória pela Lei 5766/71, regulamentada pelo decreto 79.822/77. A compulsoriedade desta anuidade é questionada pelo 6º Plenário, que até agora não executou os devedores na Justiça, embora a isto esteja obrigado pelo mesmo decreto.

O CRP é uma autarquia federal, passível de intervenção, caso descumpra a lei. Mas será esta a questão principal? O JP tentou iniciar um debate sobre tudo isto, realizando uma ampla reportagem com os devedores e com aqueles que pagam sempre em dia. A idéia era delinear claramente as diversas posições e recuperar, a partir daí, o verdadeiro sentido político da questão. A tentativa fracassou, porque, absolutamente, nenhum dos entrevistados assumiu as declarações, permitindo-se fotografar, ou simplesmente deixando que suas considerações a respeito do assunto fossem em seu nome publicadas no jornal.

Mesmo assim, valem alguns registros:

"... quando o CRP foi criado, em 75, fui das primeiras inscritas. Assim como fui da Sociedade Mineira de Psicologia, e do Sindicato. Sempre paguei em dia, como pago DARF, ISS, IPTU etc. Não pauto minha vida pela "ilegalidade". Sinto-me no direito de cobrar as obras, as condições de saúde, de educação... Em relação às entidades, dou a maior força, por princípio. Eu acredito na organização da sociedade civil (mais do que na instituição parlamentar, jurídica...) É por aí que iremos avançar. Eu acredito, visivelmente, numa tal de democracia."

6

"Pago, porque trabalho num hospital psiquiátrico, que, de qualquer forma, descontaria a anuidade na folha de pagamento. Se não fosse por isso, não pagaria. O serviço do Hospital não está ligado à psicologia. Não me sinto ligada à profissão."

"Não tenho condições de pagar o que o Conselho está me exigindo para trabalhar."

"... O Conselho não tem legitimidade. As pessoas que não pagam são exatamente as pessoas que estão trabalhando. O próprio fato de o Conselho não considerar que os não pagantes não eram caloteiros, mas pessoas que tinham um posicionamento em relação a isto, é uma coisa significativa."

Significativo também é o fato de nenhuma destas pessoas assumir publicamente suas posições. Mais ainda, a recusa da maioria em falar a respeito do assunto. De 15 tentativas de entrevista, apenas quatro respostas, anônimas.

Isto é uma questão política. A recusa em falar seria porque o CRP é identificado como o Estado? Ame-dronta? Seria medo de se comprometer, ou da possibilidade de direcionar acontecimentos? Por que um psicólogo não é psicólogo? Por que um psicólogo recebe tão pouco pelo seu trabalho que não dá nem para pagar o CRP? Que trabalho é esse? O que faz uma entidade legítima? O ato de sua criação? O compromisso de seus associados em fazê-la chegar a algum lugar? Se é ilegítima, por que seus associados não a questionam, não a destroem, não se libertam?

A OAB, a ABI, o CRM, os sindicatos, o CRP têm um lugar na sociedade brasileira. O 6º Plenário, que continua questionando a obrigatoriedade do pagamento, decidiu executar os devedores, porque assim exige a lei, porque a entidade precisa de dinheiro para funcionar. O CRP vai continuar emitindo carteirinhas fazendo orientações legais. Mas é só este o seu lugar? Precisa ser? Só pode ser?

O JP tentou fazer de tudo isto um debate vivo, sem escolher as indagações possíveis. E vai continuar tentando, até que, pelo menos, uma minoria de psicólogos se pergunte: Pagar ou não pagar... Será esta a questão?

"Na ponta do lápis" é o nome da "prestação de contas" do CRP-04, no novo JP. E para que você possa, realmente, pegar do lápis e refazer as contas, resolvemos traduzir o jargão contábil em linguagem comum.

NA PONTA DO LÁPIS (em 28/02/90)

	Cz\$
Receitas	
Anuidades	1.335.736,07
Aplicações financeiras (overnight/cadernetas).....	949.646,98
Inscrições, 2 ^{as} vias de carteiras, e outros serviços...	24.559,03
Anuidades de anos anteriores.....	13.213,90
Multas sobre anuidades e outros.....	5.449,46
Total	2.328.605,44
Despesas	
Salários, jetons, gratificações.....	373.249,96
Artigos de higiene, escritório, alimentação.....	28.869,35
Pagamento de prestação de serviços.....	115.654,31
Aluguel, luz, telefone, correio etc.....	150.322,44
Cota do CFP.....	294.694,67
Contribuições ao Pasep.....	=
Aquisição de material permanente	
(mesas, máquinas, etc).....	158.170,59
Total	1.120.961,32
Superávit	1.207.664,12

Fora destas contas está o dinheiro correspondente à venda de uma sala, ocorrida em janeiro/89, na gestão do 5º Plenário, e mantida como aplicação à parte, que não acompanhou a valorização imobiliária, sendo insuficiente para a aquisição de outra sala. Por este motivo, a Assembléia Geral dos Psicólogos, realizada em setembro/89, decidiu manter o dinheiro aplicado e condicionar sua utilização à compra de material permanente para o CRP-04.

Este dinheiro, entretanto, não estava em poder do CRP, por que havia sido apropriado indevidamente pelo ex-tesoureiro José Luiz da Silva Espíndola, conforme denunciado na matéria "Irregularidades no CRP", na última edição do JP. Espíndola continua à disposição da justiça, mas devolveu ao CRP-04 o débito de NCz\$ 37 mil, apurado em 28/09/89, corrigido monetariamente por auditores independentes contratados pelo 6º Plenário. O débito foi líquido em duas etapas: NCz\$ 78 mil, em 21/11/89 e NCz\$ 96,988 mil em 21/12/89.

Com esta restituição, o 6º Plenário adquiriu:

Aspirador (em 20/12/89).....	NCz\$ 1.190,00
Máquina de plastificar (em 20/12/89)...	NCz\$ 3.920,00
Geladeira (em 04/01/90, para o ES-ES)	NCz\$ 3.697,00
Máquina de escrever (em 05/02/90, para o ES-ES).....	6.000,00
Máquina de escrever (em 16/02/90).....	NCz\$ 12.677,59
Máquina Xerox (em 22/02/90).....	NCz\$ 20.000,00
Computador (em 15/03/90).....	Cz\$ 361.687,75

Onde está Você?

Por fora do que acontece. Tem muita gente nossa assim. Sem receber as publicações e correspondências do CRP-04/6º Plenário. Sem ler o JP. Sem participar de debates importantes. Sem discutir o Brasil, a categoria, problemas e soluções. Sem saber de cursos, concursos, seminários, perspectivas profissionais e até de lançamentos da literatura psicológica. O CRP informatizou e atualizou o cadastro de inscritos, mas não

conseguiu localizar 320 psicólogos. Se você, ou algum amigo psicólogo não têm recebido nossas correspondências e publicações, com certeza estão entre esses 320. Saia ou ajude um conhecido seu a sair dessa lista de desaparecidos. Envie-nos por escrito, seu endereço e telefone e peça ao seu amigo para fazer o mesmo. Vai significar mais um conosco fazendo acontecer.

REFERÊNCIAS

PERSPECTIVAS
PROFISSIONAIS



A Loucura não é a única saída...

O adoecer psíquico, tanto ou mais do que o adoecer físico, do sub-proletariado está intrinsecamente relacionado com suas condições ou falta de condições de vida, das quais a loucura se torna uma saída. Esta é uma das conclusões a que, certamente, vai chegar o leitor de "O adoecer psíquico do sub-proletariado", de William César Castilho Pereira, a ser lançado em maio, pela Segrac/Vozes. (1).

O livro relata uma pesquisa participativa junto à comunidade da favela Cabana do Paf Tomás, que culminou com a criação, depois de dois anos e meio de trabalho, do "Centro Integrado de Saúde Comunitária - Cisc", assimilado oficialmente em março, com a inauguração do Posto de Saúde da Prefeitura, mas que funciona desde novembro/89. Na definição de William Castilho, o Cisc é um consórcio em que a comunidade e seus grupos organizados viabilizam, junto com a equipe do posto de saúde, composta por um psicólogo e um psiquiatra, a reflexão e o atendimento às demandas dessa comunidade. Campo de estágio do Curso de Psicologia, o Cisc inicia seu trabalho na prevenção de doenças mentais nas crianças, através da alfabetização e reciclagem de conhecimentos dos adultos que lidam com a

me.
O trabalho de William Castilho apresenta novos níveis de atuação profissional e evidencia o caráter interdisciplinar da ciência para a compreensão e a intervenção social e/ou individual. Além de integrar, do início ao fim, a participação da comunidade e o "aprender-fazendo" de 15 estagiários de psicologia sob sua supervisão, a análise das informações obtidas contou com a colaboração de uma equipe multiprofissional de especialistas. (2).

A PESQUISA

Para investigar o adoecer psíquico do sub-proletariado, compreendido pelos biscateiros, desempregados e demais pessoas sem função economicamente definida, William Castilho, os 15 estagiários e 5 líderes comunitários partiram de um grupo de 20 mulheres políquetosas, com frequência assídua a um posto de saúde do Estado, na favela. "O homem não fala de sua dor íntima, ele a bebe", comenta William Castilho.

A pesquisa consistiu de três intervenções: um grupo de escuta, que se reuniu semanalmente, durante seis

meses; a aplicação de um questionário de múltipla escolha sobre condições sócio-econômicas, habitação, alimentação, renda familiar, número de filhos, etc.; a visita à casa de cada uma das 20 mulheres para verificação e avaliação "in loco" das informações obtidas e de como o próprio grupo poderia ter camuflado questões e reforçado recalques e repressões. As falas, respostas e expectativas fo-



ram agrupadas por temas (mulher, enquanto mãe, trabalho, esposa e indivíduo feminino) e assuntos (espaço, corpo, sexualidade, feminilidade).

A receptividade das mulheres em participar desse trabalho e as primeiras análises levaram à conclusão, lembra Castilho, de que "as mulheres vão ao posto de saúde muito mais para falar de sua dor psíquica, do que atrás do remédio oferecido pelo inadequado aparelho de saúde, em que os médicos não têm tempo ou preparo para lidar com este tipo de questão."

Mas essa crítica já existia na própria comunidade e, mesmo com a integração ao trabalho de especialistas de outras áreas da ciência, o máximo a que se conseguiu chegar foi à formulação de mais um modelo tradicional de saúde.

A ANÁLISE

Ao grupo inicial de trabalho somaram-se, então, outras 35 lideranças comunitárias, com longos anos de experiência política em movimentos de mulheres, associação de moradores, Comunidades Eclesiais de Base, carrestia, grupos partidários, pastoral de

saúde, alcoólicos anônimos, grupos de jovens, sopão.

Durante mais de seis meses, em reuniões semanais, com pontualidade e assiduidade de 100%, os 40 líderes comunitários refletiram sobre a pesquisa e as análises feitas até ali. A primeira constatação foi a de que todas as 20 mulheres jamais haviam participado de qualquer movimento social, vivendo alienadas, fechadas dentro de casa - em barracos de 5 m², empilhados uns sobre os outros, em que cinco ou mais pessoas compartilham a mesma cama... Da percepção da loucura com algo que vem do céu, ou é fruto de "mal olhado", o grupo amadureceu na compreensão da loucura como um conjunto e um emaranhado de várias situações em que o sujeito está inserido.

Para William Castilho, o principal a ressaltar de toda a experiência é

"o processo educativo, em que a comunidade está tomando consciência de que a loucura ou o adoecer psíquico são coletivos e não individuais, e que a saída também tem que ser coletiva e não individual."

1) "O adoecer psíquico do sub-proletariado" é o 4º livro de William César Castilho Pereira, 40 anos, psicólogo clínico, pós-graduado "lato sensu" em Psicologia, professor adjunto do Curso de Psicologia da PUC/MG, Conselheiro do CRP-04/6º Plenário e autor de "Dinâmica de Grupos" (Segrac/Vozes), "Uma escola no fundo do quintal" (Vozes) e "Associação de pais e mestres - uma experiência viva" (Segrac/Vozes).

2) Integraram a equipe: socióloga Maria Mercês Somarriba, antropólogo religioso Padre Carlos Fragoso, psicanalistas Gregório Franklin Barembit e Joannes Donusi, médica do trabalho Raquel Rigoto, ginecologista Regina Caran, pediatra Maria Lúcia Moreira, linguísta Milton Nascimento e intelectuais engajados no trabalho das lideranças comunitárias.

CLÍNICAS DO L.B.A. Trabalho ou Filantropia?

Os trabalhadores das clínicas conveniadas com a L.B.A. realizam em maio, em Belo Horizonte, seu 2º encontro para debater as questões teóricas e práticas que envolvem o trabalho nessas clínicas. Participarão do encontro representantes da Fenapsi e do CFP.

Esses trabalhadores, liderados por uma comissão multiprofissional, com apoio do Psind/MG, CRP-04, Sinfito/MG, Sassemg, Senalba/MG e Sindess/MG, iniciaram, em março, a campanha salarial/90 com um elenco de reivindicações que vão desde o estabelecimento de pisos salariais até o questionamento da estrutura de funcionamento das clínicas e da L.B.A., enquanto mantenedora dessa estrutura - que implica em tratamento inadequado de crianças portadoras de deficiências físicas, mentais ou emocionais.

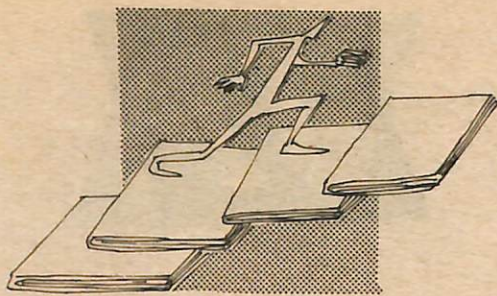
O 1º Encontro, realizado em 30/09/88, reuniu 200 trabalhadores de um contingente de quatro mil profissionais, entre psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, assistentes sociais, médicos, pedagogos e terapeutas ocupacionais. Atentos ao que poderia significar o crescimento da mobilização, os donos das clínicas têm patrocinado inúmeras demissões de lideranças, inclusive a da psicóloga Rita de Cássia Siqueira Dias, Conselheira do CRP-04/6º Plenário, dispensada em 17/02/90 da Equipe Assistência Psicopediátrica Ltda., em que trabalhava há três anos. Menos atentos, os trabalhadores têm respondido com o imobilismo, flagrante na baixa frequência a assembléias e reuniões.

Parece brincadeira, mas nos dois últimos anos, as maiores "conquistas" desses trabalhadores foram o cumprimento de leis trabalhistas pelos empregadores e o estabelecimento de pisos salariais, hoje defasados - há profissionais de nível superior recebendo menos que um salário mínimo.

A omissão é a menor crítica que se poderia dirigir a esses profissionais que, a essa altura da história, já deveriam ter mínimos elementos políticos e científicos para refletir sobre a realidade em que vivem e atuam.

O Estado brasileiro sempre tratou a questão social como caso de polícia ou de mero exercício de filantropia, comedida, por sinal. E esses profissionais, que sequer se dispõem a discutir tudo isso, o que estão fazendo?

A Comissão dos Trabalhadores das Clínicas Conveniadas com a L.B.A. reúne-se às segundas-feiras, às dez horas da manhã, no Sindicato dos Psicólogos-Psind, na Avenida Augusto de Lima, 1646/606.



ESTANTE DE PSICOLOGIA



CARTOGRAFIAS

Suely Rolnik

Dia 13 de março foi lançado em Belo Horizonte o livro de Suely Rolnik: "Cartografia sentimental - transformações contemporâneas do Desejo" (Ed. Estação Liberdade). O livro trabalha as transformações da subjetividade nas últimas três décadas.

Suely estava cursando ciências sociais na USP, em 1968, quando foi presa como "representante" da contracultura, mas, como não existe "representação da contracultura", ela foi solta e seguiu para Paris, onde cursou sociologia, filosofia e psicologia. Com este currículo, poderia estar facilmente enquadrada em algum dos estereótipos da últimas décadas: mulher emancipada, judia brasileira, representante da contracultura, exilada, etc. Seu texto, no entanto, escapa dos "tipos congelados".

Sua história é feita de memória cartográfica, onde destitui e constrói territórios. Não é história oficial nem pessoal, mas memória do invisível, de superfície e

não de profundezas. História em movimento, retalhos, lembranças de situações jamais ocorridas, onde vão caindo por terra todos os "ismos" a que estamos habituados. Rolnik percorre a trilha do desejo, na busca das transformações da subjetividade. História como construção em análise, tal como nos indica Freud.

Quem nos conduz nesta trilha é um cartógrafo e três "noivinhas" que no decorrer do texto vão se desdobrando em várias. "Noivinha" é um conceito, estratégia que possibilita o trajeto de descoberta. Estão presentes aí também as histórias de mulheres, o "seu-jeito" esta longe das lamúrias de escravidão ou opressão, encontrando na mulher tradicional: mãe, esposa, dona-de-casa, um dos territórios possíveis em determinado momento.

"Cartografias" não é para ser lido como uma receita, mas para ser devorado.

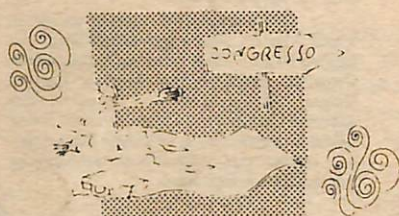
O estilo singular de Rolnik deixa transparecer um percurso que, apesar de passar pela universidade, fica longe do acadêmico. Ela nos fala dos filósofos, psicanalistas, dos filmes, amigos e desconhecidos, todos devorados. Não encontramos, portanto, citações nas referências dos devorados, dos devorados pelos devorados, etc.

CARTOGRAFIAS DO PSICÓLOGO

Uma questão presente nas discussões entre psicólogos é a da "identidade do psicólogo". Diante da "variedade de posições oferecidas", o psicólogo termina a faculdade como um vestibulando diante de uma lista de profissões, quando encontra, continua a batalha pelo reconhecimento. Quando não encontra na lista algo ao gosto, se dirige às instituições em busca de garantia de uma "identidade". Embarcando nesta viagem sugerida em "cartografias", poderíamos formular esta questão em outros termos, não em busca do reconhecimento, de garantia, de uma identidade imaginária, mas invenção de cartografias.

Cada psicólogo, movido pelo desejo, procura um lugar, que não é o mesmo para cada um, e se confia no encontro de uma resposta definitiva, se engana. Que faça deste equívoco, trilhamentos singulares. Não existe garantia, não existe resposta adequada ao desejo. Podemos então, formular a questão não em termos de uma identidade, mas de cartografias possíveis.

(Ana Lúcia Lutterbak Rodrigues)



AGENDA

• 1) **II Congresso Mineiro de Recursos Humanos.** Local: Brasilton Hotel (Contagem). Inscrições e informações: Av. Francisco Sales 555, 1º andar. Telefones: (031) 273-1121 ou 273-1128.

• 2) **Curso de Atendimento Infantil.** Informações: 275-1183 Terapeuta: Marirosa Correia F. Santos.

• 3) **Curso de Especialização em Fundamentação da Psicanálise - Pós-Graduação "Lato-Sensu".** Vagas: 40 alunos por turma. Duração: 02 de março à 15 de dezembro. Preço: 1.180 BTN's na matrícula; Parcelado: 118 BTN's no ato da matrícula e 9 pagamentos de 118 BTN's vencíveis no 1º dia de cada mês. Fafi-BH.

• 4) **GRUPOS, ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES.** Prof. Gregório Baremlitt. Período: abril a agosto de 1990. Local: Escola

de Saúde Av. Augusto de Lima, 2071. Preço a vista: (10% de desconto) 54 BTN's; parcelado: 3 x 20 BTN's. Inscrições: PSIND-MG, Av. Augusto de Lima, 1646 - Sala 606, telefones: 295-2719 e 275-4115.

• 5) **Grupo de Estudo e Pesquisa "Ilda Moreno de Taubenschlag"** Cursos: "Especialização em Psicologia e Psiquiatria da Infância e da Adolescência", "Psicodiagnóstico Infante Juvenil", "CAT - Children Apperception Test", "Técnicas Projetivas", "Curso do Bender", "Disfunção Cerebral Mínima e Exame Neurológico Evolutivo", "Atualização em Psicodiagnóstico e Planejamento Terapêutico", e outros. Informações: 335-6355 e 337-7918.

• 6) **Curso Teórico-Prático de Terapia Familiar Sistêmica.** Instituto da Família de BH, Av. Cristóvão Colombo, 454, 2º andar.

INSIGHT LIVROS LTDA.

Consignação e Vendas de Livros Usados e Testes de PSICOLOGIA

LIVROS NOVOS: FREUD-OBRAS COMPLETAS
E TODOS OS LIVROS DO SEU INTERESSE
PREÇOS ESPECIAIS - BASTA LIGAR

FONE: (031) 275-1183

IMPRESSO

PORTE PAGO
DR/MG
ISR-73-166/84